



Reflexões sobre a transposição didática dos conceitos de rural e urbano em livros didáticos de Geografia

Robson Souza *

Lidiane Nunes Silveira**

Guilherme Guimarães Leonel***

Resumo: Este artigo traz algumas reflexões sobre a transposição didática dos conceitos de campo e cidade, rural e urbano, em três livros didáticos de Geografia adotados nos anos de 2010 e 2011 pelas escolas públicas municipais de Ouro Preto, Minas Gerais. Os livros foram avaliados a partir da abordagem de Chevallard (1991) sobre a transposição didática e das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia. Notou-se, nos livros, a afinidade com a abordagem do rural e do urbano como categorias socioespaciais articuladas com as variáveis propriedade, natureza e trabalho, conforme recomendam os PCNs, e, além disso, a preponderância do rural e do urbano ora como opostos, ora sob a perspectiva das teorias da urbanização.

Reflections on the didactic transposition of rural and urban concepts in textbooks of Geography

Abstract: This paper brings up some thoughts on the didactic transposition of the concepts of country and city, rural and urban, in three of Geography textbooks adopted in the years 2010 and 2011 through public schools in Ouro Preto, Minas Gerais. The textbooks were evaluated based on Chevallard (1991) approach about didactic transposition and implementation of the guidelines of the National Curriculum Parameters (NCPs) of Geography. It was noted, in textbooks, the affinity with the approach of the rural and urban as socio-spatial categories articulated with variables property, nature and work, as recommended NCPs, and in addition, the preponderance of rural and urban sometimes as opposites and sometimes from the perspective of theories of urbanization.

* Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Ouro Preto. Professor de Geografia no Ensino Básico de Ouro Preto.

** Mestre e doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora de Sociologia IFMG - Campus Ouro Preto.

*** Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e doutorando em História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor de Sociologia no IFMG - Ouro Preto.

Palavras-chave:

Campo, cidade, rural, urbano, Geografia, transposição didática.

Key-Words:

Countryside, city, rural, urban, Geography, didactic transposition.

Introdução

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre como os conceitos de campo e cidade, rural e urbano são apresentados em alguns livros didáticos do componente curricular de Geografia, adotados nas escolas públicas municipais do campo e da zona urbana de Ouro Preto, Minas Gerais, entre os anos de 2010 e 2011. A principal motivação das reflexões foi o fato de que esses conceitos têm sido objeto de constantes debates teóricos na tentativa de defini-los ou classificá-los e, a despeito das diferentes propostas de uso e definição dos conceitos de campo e cidade, rural e urbano, pretendeu-se compreender como eles são instrumentalizados nos livros didáticos de Geografia. Partiu-se do pressuposto de que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia propõem a abordagem do urbano e do rural como categorias socioespaciais relacionadas de maneira dialética e marcadas pelos fenômenos históricos intrínsecos.

As reflexões apresentadas neste artigo fazem parte de alguns resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto, entre maio de 2010 e junho de 2011. A pesquisa visava identificar como os conceitos de campo e cidade, rural e urbano eram ensinados nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais de Ouro Preto. Foram analisados três livros didáticos de Geografia do 6º e do 7º ano do Ensino Fundamental, adotados em duas escolas públicas (uma escola do campo e outra localizada na zona urbana) daquele município. Realizaram-se, também, alguns procedimentos de observação participante das aulas de Geografia em algumas turmas dessas séries, nessas escolas.

Especificamente neste artigo, apresentam-se algumas reflexões sobre a transposição didática dos conceitos de campo e cidade, rural e urbano para três livros didáticos de Geografia do 6º e do 7º ano do Ensino Fundamental. A escolha dos livros analisados pautou-se no critério de terem sido adotados pelas escolas públicas municipais que seriam estudadas. Por sua vez, a escolha das escolas observadas fundamentou-se em três critérios: uma escola do campo e uma situada na zona urbana, para fins comparativos; a possibilidade de observar as aulas de Geografia nessas escolas, o que dependia da permissão do gestor e do professor, além da compatibilidade de horários dessas aulas em cada escola e a própria agenda do pesquisador; o conhecimento prévio do pesquisador, especialmente da escola do campo. Os livros didáticos de Geografia foram analisados baseados nas reflexões sobre a transposição didática (BOLIGIAN e ALMEIDA, 2003). O critério para analisar os livros didáticos de Geografia adotados no 6º e no 7º ano do Ensino Fundamental baseou-se no fato de que a temática sobre campo e cidade, rural e urbano é abordada nesses anos e não nos anteriores ou subsequentes.

Por uma questão de objetividade, neste artigo serão discutidos apenas aspectos relacionados à análise dos livros didáticos, não sendo possível, portanto, apresentar os dados relativos às outras técnicas de pesquisa implementadas, como a observação participante das aulas de Geografia, por exemplo.

Os conceitos de campo e cidade, rural e urbano nas perspectivas acadêmicas

A discussão acadêmica sobre o rural e o urbano possui muitas perspectivas construídas em diferentes áreas do conhecimento, com contribuições não só da Geografia, mas também da Economia, da Extensão Rural, do Planejamento Urbano, da Sociologia, entre outras. Os conceitos de rural e urbano são, portanto, transversais aos componentes curriculares; por isso, procurou-se verificar o que algumas perspectivas acadêmicas propõem como definição desses conceitos, independente das áreas de conhecimento de origem de

seus autores. Ressalta-se, inclusive, que o tema objeto de nosso estudo faz parte de diferentes componentes curriculares, como a História e a Sociologia, além da já citada Geografia. A escolha de analisar a transposição didática desses conceitos para os livros didáticos de Geografia deu-se, apenas, pelo contexto de formação do pesquisador bolsista do projeto PIBIC, qual seja de licenciatura em Geografia, não havendo, portanto, nenhum outro fator determinante para a escolha da Geografia em detrimento das outras áreas ou componentes curriculares.

Na discussão que se segue, destaca-se, em linhas gerais, a contribuição das Ciências Sociais na reflexão sobre os conceitos de rural e urbano, especialmente nas perspectivas denominadas dicotômicas, *continuum* rural-urbano e simbólicas, além de sua contribuição para a teoria da urbanização. As contribuições da Economia para essa reflexão serão expostas pelas abordagens territoriais, da pluriatividade ou do novo rural e de crítica ao modelo metodológico adotado para definição do rural e do urbano. Os aportes da Geografia tangem principalmente a teoria da urbanização, a reorganização territorial do espaço e a separação entre campo e cidade, rural e urbano. Perpassando esses temas e áreas de conhecimento, sublinham-se, ainda, as discussões sobre o fim ou a recomposição do rural.

Um dos estudos que se pode citar como expoente da contraposição entre o rural e o urbano é de autoria de Pitirim Sorokin, Carlo Zimmerman e Charles Galpin (1986). Esses autores acreditavam que as diferenças entre a cidade e o campo aumentavam historicamente, tanto qualitativa quanto quantitativamente, e poderiam ser demonstradas por meio de um conjunto de traços típicos. Esses traços seriam a ocupação da mão de obra da população, as diferenças ambientais, o tamanho das comunidades, a densidade populacional, a homogeneidade ou heterogeneidade e a complexidade da estratificação, da mobilidade e da integração sociais. Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) delinearão a oposição entre o rural e o urbano por meio da presença ou da ausência de algum desses traços típicos em cada um dos espaços.

Posteriormente, a perspectiva do rural e do urbano como opostos recebeu algumas críticas e foi sendo confrontada pela ideia da existência de um *continuum* entre eles. A perspectiva do *continuum* propunha, em linhas gerais, que entre os polos extremos de rural e urbano haveria uma gradação infinita de possibilidades. Alguns autores, como Abramovay (2007), consideram que o antropólogo norte-americano Robert Redfield (1964) inaugurou a perspectiva do continuum rural-urbano ao situar os camponeses numa escala intermediária entre as sociedades primitivas (pré-letradas ou *folke*) e as civilizadas. Para Redfield (1964), as sociedades primitivas se caracterizariam pelo tamanho pequeno, pela homogeneidade, pelo isolamento, pela autossuficiência, pelas relações pessoais, pela sobreposição da ordem moral à ordem técnica e pela ausência da escrita. Por outro lado, a civilização se caracterizaria por aspectos desenvolvidos ao longo da história da humanidade, que Redfield (1964) chamava de acréscimos, como as cidades, a escrita, as obras públicas, o estado, o mercado, entre outros.

De acordo com alguns autores, como Jean (1989), a teoria da civilização urbana de Redfield (1964) e algumas ideias advindas da Escola de Chicago teriam conduzido ao discurso sobre o fim do rural. Entretanto, essa perspectiva tem sido desconstruída, especialmente a partir do reconhecimento de uma recomposição do rural no trabalho do geógrafo Bernard Kayser (1990). Para Jean (1989), a recomposição do rural contemporâneo poderia ser evidenciada pelo crescimento demográfico no campo, sobretudo por indivíduos da terceira idade, pela mobilidade promovida pelas migrações pendulares, ou comutações, e pela existência de coroas peri-urbanas, por exemplo.

As transformações no campo também têm sido analisadas pela perspectiva da reorganização territorial (especialmente a relação entre campo e cidade), como, por exemplo, no trabalho de Barros (1989). A reorganização territorial a que se refere o autor deve-se à

transformação do espaço agrícola, econômica e socialmente desintegrado, em *pluriativo* e multifuncional. O autor defende que o fenômeno da *rurbanização* (pulverização de cidades no meio rural, na definição deste autor) e dos novos rurais conduziria a uma diversificação do uso do espaço rural como lugar de lazer e não mais, somente, como meio de produção. Para Barros (1989), a instalação de fábricas e a rurbanização modificariam o valor relativo do espaço urbano e rural. De acordo com o autor, a atração que as cidades exerciam como locus da sociedade urbano-industrial teria decrescido em favor da atração do meio rural, antes visto com repulsa. Agora, no entanto, o campo estaria sendo percebido pela oferta de formas de vida opostas às urbanas. Segundo Barros (1989), o fenômeno da integração entre o campo e a cidade poderia ser qualificado de urbanização nos termos de Rambaud (1973), caracterizando-a como uma reorganização social do espaço.

A teoria da urbanização de Rambaud (1973) guarda algumas semelhanças com a perspectiva de Lefebvre (2001; 2008), como a sua hipótese da urbanização como um vir a ser e a sua possibilidade de se tornar universal. Mas enquanto o primeiro dedicou-se a observar empiricamente as mudanças engendradas por aquilo que denominou de urbanização no campo francês, o segundo ocupou-se em refletir sobre os aspectos teóricos da urbanização.

Para Lefebvre (2008), essas transformações no campo poderiam ser percebidas pela existência das agrovilas no lugar da velha aldeia, pelo modo de viver, pela cultura e pela vida social que penetra no campo. Essas transformações no campo poderiam ser notadas tanto por meio de objetos, como através do acesso a serviços, tais como o de tratamento e abastecimento de água, o fornecimento de eletricidade, o uso do gás, a posse de automóveis, de televisão, de utensílios de plástico e de mobiliário moderno e, ainda, por um novo sistema de valores: lazer, moda, costumes, segurança, previsão do futuro, racionalidade (LEFEBVRE, 2001). Contudo, para Lefebvre (2001), no espraiamento do tecido urbano ainda persistem ilhotas e ilhas de ruralidade pura, caracterizadas pela permanência de camponeses, segundo ele, mal adaptados à existência urbana. Assim, para o autor, a relação urbanidade-ruralidade não desapareceria, ao contrário, intensificar-se-ia.

A análise de Lefebvre (2001) tem uma perspectiva histórica e dialética, regressivo-progressiva, ao construir um quadro evolutivo, marcado por três importantes fases: a industrialização, a urbanização (tecido urbano) e a revolução urbana. Neste sentido, o autor afirma que cidade e campo existiam no passado em uma relação de oposição, com predomínio do segundo sobre o primeiro, relação esta que posteriormente se inverte. A desestruturação da cidade pela industrialização aconteceria por implosão, ou seja, pela concentração de meios de produção e da população. Como resultado dessa implosão, haveria o espraiamento do tecido urbano, a perda da centralidade, da ordem, da obra, da função. A cidade perderia o seu caráter orgânico, baseado na comunidade e na organização corporativa. O valor de uso da obra que a cidade representava seria substituído pelo valor de troca a partir da industrialização. Esta última seria responsável, então, pela destruição da urbanidade, pela substituição do “habitar”, entendido pelo autor como a participação numa vida social, numa comunidade, aldeia ou cidade. Uma das características da fase da cidade industrial seria, para Lefebvre (2008), a suburbanização, caracterizada pela descentralização, pela presença do proletariado e pelo direcionamento para o consumo.

Guardadas as devidas proporções, percebe-se na teoria da urbanização de Rambaud (1973) e também de Lefebvre (2001; 2008) uma postura crítica em relação às transformações do campo e da cidade a partir dos processos de industrialização. Essas teorias possibilitaram diferentes posturas de interpretação por parte de outros autores, tanto no Brasil quanto em outros países. Veiga (2004a; 2004b e 2006) posiciona-se criticamente contra a perspectiva de Lefebvre (2001; 2008), a qual julga sugerir o fim do rural a partir do processo de urbanização. O autor confronta a proposição de urbanização do rural ao que

considera ser a sua perspectiva oposta, a do renascimento rural de Bernard Kayser (1990). Entretanto, Veiga (2004 e 2006) não corrobora nenhuma das duas perspectivas, propondo uma terceira via de interpretação com base na reelaboração das proposições de Lefebvre (2008) e Kayser (1990). Veiga (2004 e 2006) propõe a emergência de uma nova ruralidade, engendrada pela urbanidade do rural, que exerceria, assim, maior poder de atração dos espaços rurais para os cidadãos, revigorando o rural. Veiga (2006) defende a perspectiva de que o nascimento dessa nova ruralidade estaria atrelado a três vetores nas sociedades desenvolvidas, em que o rural viveria uma situação de prosperidade socioeconômica que o permitiria se tornar atrativo por meio da dimensão ambiental. Esses vetores seriam a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico da paisagem e o aproveitamento de recursos renováveis em novas matrizes energéticas.

Por outro lado, Veiga (2003) defende a perspectiva de que a lei (Decreto-Lei 311) criada em 1938 pelo Estado Novo, no Brasil, definindo como cidade todo município que tivesse uma sede administrativa, seria obsoleta. Segundo ele, o fato de o Estatuto da Cidade não renovar ou redefinir o que deve ser entendido como cidade, ficando a critério das Câmaras Municipais indicarem as delimitações urbanas e rurais das cidades, desconsiderando critérios estruturais ou funcionais, promoveria uma distorção do que poderia ser considerado urbano, acarretando uma super-representação da população urbana. Veiga (2003) também analisa as categorias propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1991, que define as áreas urbanas (classificadas em urbanizadas, não urbanizadas e urbanas isoladas) e as áreas rurais (classificadas em extensão urbana, povoado, núcleo e outros), mas acredita que essa tipologia apenas reforçou a ideia de que todo município seria urbano.

Ricardo Abramovay (2009) corrobora com as críticas de Veiga (2003) a respeito dos limites da metodologia de definição do rural e do urbano no Brasil. Citando Saraceni (1996), Abramovay (2009) defende a ideia de que a definição do IBGE contribuiria para uma visão de natureza residual do rural, uma vez que as áreas rurais seriam aquelas situadas fora do urbano, enquanto nas iniciativas internacionais o rural tem sido definido em sua relação com as cidades. Por outro lado, acredita que critérios adotados em outros países, como a ocupação da mão de obra na agricultura ou o patamar populacional, também apresentariam uma série de limitações. Assim, o autor aponta para a pertinência do conceito de ruralidade, uma vez que este privilegiaria a dimensão territorial e não a setorial para definir as áreas rurais. Segundo o autor, seria importante considerar outros aspectos, como a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano para definir o rural.

No entanto, Sobarzo (2010) questiona concepções como as de Veiga (2004a; 2004b; 2006) e Abramovay (2009). Sobarzo (2010, p. 54) considera que a teoria da sociedade urbana de Lefebvre (2008) não apontaria para o fim do rural, nem como forma nem como conteúdo, propondo pensar em termos de subjugação e não de desaparecimento do rural, pois “o urbano indica uma sociedade em formação na qual está incluído o rural”. Sobarzo (2010) afirma que seria necessário entender a diferença entre cidade e campo, urbano e rural na perspectiva de Lefebvre (2008). Campo e cidade seriam as formas, o espaço físico, enquanto o urbano e o rural seriam os conteúdos sociais, os modos de vida. De acordo com Sobarzo (2010), para Lefebvre (2008), a sociedade urbana envolveria um modo de vida passível de superar as fronteiras físicas entre cidade e campo, transformando ambos e mudando também a sua relação. Na sociedade urbana, as atividades desenvolvidas no campo utilizariam cada vez mais a tecnologia e o emprego do conhecimento científico, possibilitando uma nova organização territorial, novos hábitos de vida e de consumo, bem como novas relações interpessoais. Diminuiriam as diferenças culturais, de modos de vida e de produção entre campo e cidade, o que não significaria, na interpretação que Sobarzo (2010) faz de Lefebvre, que o campo deixaria de existir. Contudo, o campo, com as suas atividades

produtivas, seria, assim, transformado segundo as características da sociedade urbana.

Sobarzo (2010), em sua crítica a Veiga (2004a; 2004b; 2006), destaca que não haveria uma visão dicotômica de rural e urbano na obra de Lefebvre (2008), muito menos evolucionista. Ressalta que o urbano não seria sinônimo de cidade e não negaria a existência do campo. Por fim, Sobarzo (2010) salienta que a sociedade urbana seria um processo em constituição que redefiniria a forma dos espaços (campo e cidade) e os conteúdos dos mesmos (as relações sociais, os modos de vida). Por isso, considera que a análise de Veiga (2003) concentra-se, sobretudo, na forma, na estatística e na descrição, desconsiderando a mútua influência entre forma e conteúdo, bem como a relação entre o todo e as partes, ou seja, da sociedade urbana com o campo e a cidade.

Biazzo (2008) também considera a importância de se realizar uma distinção entre campo e rural, bem como entre cidade e urbano, que, segundo ele, são constantemente confundidos e usados como sinônimos na literatura acadêmica brasileira, com algumas raras exceções, como Milton Santos (1994). Segundo Biazzo (2008), já havia na obra de Santos (1994) uma opção por considerar campo e cidade como formas do espaço, bem como rural e urbano como conteúdo social destas formas. Assim, para Biazzo (2008), campo e cidade seriam materialidades, formas concretas que compõem uma paisagem, já ruralidades e urbanidades seriam racionalidades, lógicas expressas por meio de atos e práticas sociais. Mais que isso, Santos (1994) considera-as como representações sociais provenientes dos universos simbólicos reproduzidos no cotidiano pelos indivíduos.

Ângela Endlich (2010) reforça a crítica a Veiga (2003) ao afirmar que “o Brasil seria mais urbano do que se imagina”, desde que o urbano seja entendido como modo de vida. Endlich (2010), incorporando a perspectiva de Lefebvre, acredita que a sociedade urbana, enquanto um processo orientado ao desenvolvimento, à satisfação das necessidades humanas e enquanto uma forma de se alcançar o direito à cidade, seria um projeto de sociedade a ser alcançado. A autora resgata os argumentos de Milton Santos (1994) a respeito do aumento da urbanização no Brasil, em termos do desenvolvimento do meio técnico-científico, da industrialização, da transformação da produção material e do acesso aos meios de transporte e de comunicação.

Essas novas dinâmicas que emergiram no campo brasileiro, especialmente após os anos 1980, caracterizadas pelas atividades não agrícolas e pela *pluriatividade* (SILVA, 1997) no interior das famílias rurais, Graziano da Silva (1997) denomina como “novo rural brasileiro”. Para este autor, esse fenômeno consiste em atividades como a moderna agropecuária produtora de *commodities*, as atividades não agrícolas, especialmente as ligadas à moradia e ao lazer no meio rural, as atividades de prestação de serviços, bem como as novas atividades agropecuárias voltadas para nichos de mercado específicos. Silva (1997) atribui a importância dessas atividades econômicas ao que denomina de urbanização do meio rural, descrita pelo autor como moradia, lazer, turismo e prestação de serviços, além das atividades relacionadas à preservação do meio ambiente. Silva (1997) também aponta a industrialização da agricultura, cuja principal expressão seria os complexos agroindustriais ou CAIs, como manifestação do transbordamento do mundo urbano para as áreas rurais. Silva (1997) assume, assim, a perspectiva do *continuum* rural-urbano, do ponto de vista espacial, afirmando que, do ponto de vista das organizações econômicas, não haveria uma distinção, entre os setores industriais, agropecuários e de serviços, entre um e outro espaço.

Maria José Carneiro (2012) posiciona-se criticamente em relação à oposição entre rural e urbano. Essa oposição, para a autora, teria direcionado as análises ao considerar o rural como atrasado. Para a autora, o rural não estaria imune às transformações da sociedade mais ampla. Fenômenos como a *pluriatividade*¹ e o turismo rural, seriam, inclusive, uma expressão da aproximação entre campo e cidade. A autora propõe que as noções de rural, urbano e ruralidade seriam representações sociais que expressariam visões de mundo e valores relativos ao universo simbó-

¹ Por pluriatividade, a autora entende a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas em regiões marcadas pelo dinamismo da economia e pela proximidade entre campo e cidade.

lico de determinados grupos. A autora entende, assim, o rural como passível de ressignificação e reelaboração, não o entendendo como limitado a um espaço físico empiricamente observável (CARNEIRO, 1998). Para Carneiro, a noção de rural seria, portanto, uma construção simbólica pertencente a universos culturais distintos que lhe atribuem diferentes significados. A autora chama a atenção para a importância de se direcionar a perspectiva metodológica de compreensão do rural para as representações sociais dos agentes. Carneiro (1998) propõe pensar a ruralidade em termos do processo de reestruturação de sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos e socioculturais que podem propiciar também conflitos e ambiguidades nas relações sociais.

Assim como Carneiro (1998; 2012), Wanderley (2001) também questiona a perspectiva de um possível fim do rural. Wanderley (2001; 2009) define o rural tanto como um espaço físico diferenciado, quanto um lugar de vida integrado com a sociedade global contemporânea. Ressalta, contudo, que as particularidades do rural, bem como a forma como se relaciona com a sociedade global, torna-o complexo e diferenciado. Para a autora, existiriam diferentes formas de ruralidade, o que a faz defender a necessidade de que os estudos sobre o rural criassem tipologias que melhor o discriminassem. Wanderley (2001) preocupa-se em ressaltar como o rural se relaciona com o urbano e a sociedade como um todo, chegando a assumir que o rural e o urbano se inserem numa relação de integração e complementaridade (WANDERLEY, 2009). Entretanto, a autora ressalta que a paridade social e o acesso a bens materiais e sociais, tanto no rural quanto no urbano, não os tornam homogêneos.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa partem da análise bibliográfica sobre a temática do rural e do urbano. Após as leituras e reflexões sobre os conceitos de campo e cidade, rural e urbano, iniciou-se a etapa de análise de livros didáticos. Posteriormente, foi feita observação participante, entre os meses de agosto e dezembro de 2010, durante as aulas de Geografia nas turmas do 6º e do 7º ano da Escola Municipal Aleijadinho, localizada no distrito de Santo Antônio do Salto, na zona rural do município de Ouro Preto, e na Escola Municipal Professora Juventina Drummond, localizada na sede do mesmo município. Num primeiro momento, propôs-se desenvolver a pesquisa tanto em escolas da rede municipal quanto em escolas da rede estadual. Mas esse procedimento foi impossibilitado devido à greve dos professores da rede estadual, naquela época, levando os pesquisadores a concentrarem a sua observação apenas nas escolas municipais. Seriam observadas, inicialmente, quatro escolas, duas localizadas na zona urbana e duas escolas do campo. Mas essa proposta também se revelou inviável devido à distante localização das mesmas e ao horário das aulas de Geografia que se coincidia em algumas escolas. Diante disso, procedeu-se à escolha de uma escola do campo e uma da zona urbana. A Escola Municipal Aleijadinho foi escolhida para a pesquisa pela facilidade de acesso do pesquisador ao distrito onde ela está localizada. A escolha da Escola Juventina Drummond ocorreu após o contato com algumas escolas indicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto. O critério de escolha se baseou na compatibilidade entre os dias e horários em que ocorriam as aulas de Geografia nessas escolas, no 6º e no 7º ano, e a agenda do pesquisador que faria os procedimentos de observação participante.

Os livros didáticos analisados nesta pesquisa foram: *Brasil: o despontar de uma grande potência* (SAMPAIO, 2005), livro adotado pelas escolas do município no ano de 2010, sendo direcionado para o 7º ano, seguindo a orientação do Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação para os anos de 2008, 2009 e 2010; o *livro Projeto Araribá: Geografia*

(DANELLI, 2007), cuja coleção foi adotada no ano de 2011 para todas as turmas e escolas do município de Ouro Preto; e, para fins comparativos, analisou-se, ainda, o livro *Geografias do Mundo* (CARVALHO e PEREIRA, 2009), adotado como material de apoio pelo professor de uma das escolas observadas.

Os livros didáticos foram analisados conforme as indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Geografia, enfatizando o eixo temático *O campo e a cidade como formações socioespaciais* e as dimensões dialéticas como propriedade, natureza e trabalho, sugeridas para a discussão das categorias de rural e de urbano pelos PCNs. A partir dessa orientação, foram avaliados os capítulos dos livros referentes àquela temática. Pretendeu-se identificar como os conceitos de campo e cidade, de rural e urbano estavam expressos nos textos, figuras e referências dos livros didáticos de Geografia, levando em consideração que “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (CHOPPIN, 1993 apud BITTENCOURT, 2009, p.69).

Na análise dos livros didáticos, tentou-se observar a transposição dos conceitos de rural, urbano, campo e cidade para a didática e para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Como transposição didática, entendem-se as formas de transformação de um objeto do saber científico em um objeto a ser ensinado em sala de aula (CHEVALLARD, 1991 apud BOLIGIAN e ALMEIDA, 2003). Esse procedimento torna-se um meio de transpor determinado saber ou conceito de uma esfera do conhecimento para outro, compreendendo ainda as transformações que podem ocorrer no caminho desta transposição, bem como os agentes e elementos que influenciam todo o processo.

Em relação aos agentes, a construção do conhecimento passa pela relação “saber-aluno-professor”; isto é, os alunos e os professores estão em contato direto com as transformações dos conteúdos e dos conceitos na construção de um saber. São, portanto, as peças fundamentais no processo de transposição didática. O professor, porque lida com os conceitos de duas formas: a primeira, na esfera do conhecimento acadêmico, produzido na universidade; a segunda, na forma do conhecimento a ser ensinado nas salas de aulas tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio. Os alunos, porque precisam instrumentalizar, de certa forma, os conceitos e conteúdos apresentados e ensinados. Para tal, necessitam de linguagem específica, de informações visuais, de contato direto com os conceitos, enfim, de uma aprendizagem significativa, pautada na realidade em que estão inseridos e da qual são agentes de transformação.

De acordo com alguns autores, como Perrenoud (1999), esse saber possui fases diferentes dentro do processo de transposição didática. Partindo-se do que propôs Chevallard (1991 apud BOLIGIAN e ALMEIDA, 2003), de um “saber sábio” (produzido na academia, nas universidades e nas pesquisas), para um “saber a ser ensinado” (aquele que deve estar nos livros didáticos, nos programas e planejamentos de ensino das séries escolares, onde se inicia o processo de transposição didática) e chegando a um “saber ensinado” (aquele que é feito no ambiente escolar e é efetivamente compreendido pelos alunos), dentro de um sistema de ensino que, também efetivamente, recebe influências, assim como todo o processo, de um “saber cotidiano” (aquele adquirido pelos professores, alunos e funcionários por meio do contato com os familiares, com a mídia, com as formas culturais etc.).

Assim, almejou-se analisar e compreender como os conceitos de rural e urbano, campo e cidade são preparados como “saber a ser ensinado”; como são apresentados nos livros didáticos; e se proporcionam ou não uma compreensão, mesmo que geral, do campo e da cidade como formações socioespaciais, conforme proposto pelos PCNs.

Campo, cidade, rural e urbano nos livros didáticos de geografia

O livro de Sampaio (2005), *Brasil: o despontar de uma grande potência*, dedica três capítulos à discussão da temática sobre o rural e o urbano, quais sejam: *Organização do espaço urbano e agrário no Brasil: contrastes, complementação e conflitos*; *Contrastes na ocupação do espaço agrário brasileiro: degradação ambiental e produção de riquezas*; e *Brasil: um país urbanizado em um mundo globalizado*. Em linhas gerais, ao longo dos três capítulos, pode-se perceber que tanto os textos quanto as figuras tratam da relação entre o rural e o urbano a partir de uma perspectiva da divisão de classes e da concentração de renda. Segundo o autor, esta última se expressa no campo por meio da estrutura fundiária altamente concentrada na forma de latifúndios e na ausência de uma reforma agrária eficiente ao longo da história. Para Sampaio, estes aspectos contribuíram para a precarização das condições de vida e de trabalho na zona rural. O autor destaca, além disso, que a falta de infraestrutura no campo tenderia a influenciar a migração para as cidades. Tal fato seria responsável, entre outros fatores, pelas más condições de vida urbana, com destaque para a falta de infraestrutura, favelização, violência e poluição ambiental, na sua visão.

No livro de Sampaio (2005), a relação entre campo e cidade destaca-se pelas funções atribuídas a cada um em termos de produção e troca de mercadorias: o campo produz os alimentos consumidos na cidade e esta fornece produtos industrializados e serviços especializados ao primeiro. Sampaio também discute o fenômeno da urbanização e das metrópoles, com especial destaque para a percentagem entre população urbana e rural. Essas abordagens sugerem que a perspectiva adotada pelo autor reproduz a ideia de rural e urbano como opostos, ainda que complementares, sendo este último modelo de referência para aquele (SOROKIN, ZIMMERMANN e GALPIN, 1986). Por outro lado, pode-se inferir que a perspectiva adotada pelo autor, ao discutir a relação de classes, a concentração de renda e os problemas sociais e ambientais delas advindos, corresponde àquela proposta pelos PCNs, de abordar o rural e o urbano como elementos socioespaciais a partir das variáveis trabalho, propriedade e natureza.

Sampaio (2005) também discute a ocupação do espaço agrário brasileiro a partir dos paradoxos entre a questão ambiental e a produção de riquezas e sua relação com o avanço da agricultura e a ocupação do meio pelo homem. O autor demonstra que as mudanças no meio ambiente visam atender às necessidades dos homens que transformaram o espaço, historicamente, por meio do trabalho. Percebe-se, novamente, uma possível afinidade do autor com a proposta dos PCNs. Sampaio faz algumas considerações sobre a necessidade de o Brasil adotar ou criar políticas agrárias que prezem por um desenvolvimento sustentável. Este autor tece ainda alguns comentários sobre agricultura de subsistência e o agronegócio, diferindo-os a partir do tamanho da produção e de sua finalidade. Faz um destaque especial aos problemas relacionados à política agrícola brasileira no que concerne à concorrência no comércio exterior e aos preços, revelando as dificuldades que envolvem a agricultura tanto na pequena quanto na larga escala. O autor também comenta sobre as atividades de extrativismo vegetal no Brasil, sob a ótica dos manejos sustentáveis.

Sampaio (2005) apresenta o crescente processo de urbanização vinculado à industrialização e aos problemas ambientais oriundos desta, e à globalização. É possível perceber, nos capítulos destacados acima, que o autor discute a urbanização sob a perspectiva da industrialização, privilegiando a característica setorial em detrimento de outras, tais como a paisagem, as relações sociais e o modo de vida.

O livro didático *Geografias do Mundo* possui quatro capítulos que discutem diretamente a temática sobre o urbano e o rural. São eles: *Paisagens do Brasil: espaço rural e urbano*; *Metrópoles, cidades e rede urbana no Brasil*; *O espaço do campo brasileiro*; e *O campo e a questão da terra no Brasil*. Os autores discutem sobre a questão da transformação dos espaços no decorrer da história e afirmam que “hoje, ao contrário de antes, a maioria dos brasileiros habita nas cidades, dedicando a trabalhos e funções próprias dos espaços urbanizados” (CARVALHO e PEREIRA, 2009, p. 30). Partindo da perspectiva do processo de urbanização, os autores defendem a ideia de que o crescimento

das cidades, seguido do aumento da urbanização e das transformações na paisagem, passou a caracterizar os diferentes cenários do campo e da cidade. Porém, os autores ressaltam que:

[...] isso não quer dizer que as paisagens passaram a ser dominadas exclusivamente por aspectos típicos das cidades, mas que a quase totalidade dos lugares, no campo e na cidade, passou a funcionar segundo regras tipicamente urbanas, como aquelas produzidas pelas atividades industriais, comerciais e financeiras [...] (CARVALHO e PEREIRA, 2009, p. 31).

Carvalho e Pereira (2009, p.31) afirmam que há uma crescente necessidade de ir além das paisagens para tentar desvendar os mecanismos que estão por trás dos espaços rural e urbano. Refletindo a respeito de uma fotografia sobre os espaços do campo e da cidade, questionam se é possível afirmar qual lógica impera em ambas, se a rural ou a urbana. Apesar desse questionamento salutar, na legenda das fotografias que o livro apresenta, os autores afirmam que as imagens ilustram “o espaço urbanizado no qual se transformou o Brasil” (CARVALHO e PEREIRA, 2009, p. 31). Portanto, acreditam que as lavouras modernas e mecanizadas são parte de um espaço urbanizado. Nesse sentido, podemos dizer que Carvalho e Pereira tomam como pressuposto um Brasil urbanizado, onde os modos de vida, as formas de trabalho, os ritmos de produção e consumo são, predominantemente, típicos dos ambientes urbanos. Seguindo esse pressuposto, os autores utilizam vários dados para comprovar a ideia de que o Brasil é um país mais urbanizado que rural.

Carvalho e Pereira (2009) fazem referência também às cidades e à rede urbano-industrial ao longo da história do Brasil. Apresentam o conceito de cidade no país, a partir do qual são feitas várias considerações sobre sua importância, seus aspectos sociais, suas paisagens, suas funções. Consideram que o processo de urbanização no Brasil esteve atrelado ao desenvolvimento industrial, concluindo que os lugares onde se desenvolveram as indústrias seriam aqueles em que surgiram as cidades mais importantes. A partir dessas considerações, os autores discorrem sobre as grandes cidades brasileiras, argumentando que em suas paisagens predominam elementos típicos da sociedade urbano-industrial. Destacam como esse modelo urbano-industrial transformou de maneira significativa as paisagens brasileiras das épocas coloniais, embora em algumas cidades ainda existam as marcas da antiguidade. Assim, propõem a existência de uma relação entre o antigo, o novo e o novíssimo, marcando a paisagem de grandes cidades brasileiras a partir da intensidade da dinâmica urbano-industrial. Há uma discussão também referente às cidades que, segundo seus argumentos, teriam surgido como produto exclusivo do processo urbano-industrial, citando como exemplo o caso das cidades planejadas.

Os autores desenvolvem os argumentos da revolução urbana, explicitando de maneira mais profunda as metrópoles e o surgimento da rede urbana no Brasil. Afirmam que as cidades assumiram um papel importante na vida das sociedades, uma vez que “passam a determinar como vivem e o que fazem quase todos, inclusive aqueles que vivem no campo” (CARVALHO E PEREIRA, 2009, p. 53). São feitas considerações sobre o advento da rede urbana que, segundo os autores, passou a ditar as ações dos indivíduos. A rede é entendida por eles como o fluxo constante de informações e serviços que, a partir da tecnologia da informação, passou a vigorar entre os diferentes espaços.

Carvalho e Pereira (2009) classificam as metrópoles em regionais, nacionais e as chamadas cidades mundiais que compõem o cenário urbano brasileiro e afirmam a existência de uma hierarquia urbana no Brasil. Também são feitas considerações sobre os problemas sociais nas metrópoles, como a questão das favelas, as desigualdades sociais, os congestionamentos e a poluição. Por outro lado, são feitas considerações também sobre as possibilidades e vantagens da vida nas metrópoles, que, para os autores, concentram uma grande oferta de serviços, produtos culturais, espaços de convivência, mas que só são bem usufruídos dependendo das condições econômicas dos indivíduos. Pode-se supor que a

perspectiva adotada pelos autores tem afinidades com a teoria da urbanização de Lefebvre (2001; 2008) e Milton Santos (1994), além do cuidado em separar campo e cidade, rural e urbano, como enfatizam Biazzo (2008), Endlich (2010) e Sobarzo (2010).

A respeito do espaço rural brasileiro, Carvalho e Pereira (2009) ressaltam que as atividades agropecuárias passaram por um processo de mecanização e industrialização, tendo como característica o fato de se distribuírem por grande parte do território, mas ao mesmo tempo ocuparem uma pequena parcela da força de trabalho, demonstrando o crescimento do agronegócio. Os autores relatam a falta de mão de obra para o trabalho agrícola e a sua relação com a diminuição da população rural e a mecanização da agricultura e da pecuária, que teriam incentivado o êxodo. Afirmam que a mecanização da agricultura teria sido incentivada por políticas públicas por meio do crédito agrícola, o que teria contribuído para a formação do que denominam complexos agroindustriais. Ainda nesse sentido, os autores destacam o campo da biotecnologia e dos organismos geneticamente modificados.

Outro tópico trabalhado por Carvalho e Pereira (2009) refere-se à agricultura familiar, destacando que o agricultor e sua família são os responsáveis pela produção. Ressaltam que grande parte da população rural brasileira vive desse modelo de produção e demonstram, por meio de seus próprios dados, que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos do Brasil, além de fornecer matérias-primas para a produção industrial.

A questão da distribuição e uso da terra também é discutida por Carvalho e Pereira (2009), demonstrando como o aproveitamento do território brasileiro tem sido dividido, no decorrer dos anos, entre a utilização para pastagens, para lavouras e para a conservação de matas e florestas. Os autores atribuem essa diferenciação ao grau de modernização agrícola e à articulação com setores dinâmicos do mercado. Os autores fazem considerações sobre os solos e os climas brasileiros e a sua influência na agricultura e na pecuária. Discutem a respeito da disponibilidade de recursos hídricos para a agricultura e as soluções encontradas com projetos de irrigação artificial. Há alguns tópicos sobre a distribuição dos produtos agrícolas no território brasileiro e, ainda, discussões sobre os impactos ambientais oriundos da agropecuária.

No livro em questão, Carvalho e Pereira (2009) também tratam da questão da propriedade e das formas de apropriação e utilização da terra, ou seja, tratam da questão da estrutura fundiária brasileira, inclusive apresentando a sua definição. Fazem uma digressão histórica sobre a questão fundiária, discutindo as sesmarias, o Estatuto da Terra de 1964, a função social da terra, destacando como esta estaria vinculada à observação de justas relações de trabalho entre os proprietários e os trabalhadores rurais e o bem-estar de ambos. Entretanto, ressaltam a concentração da estrutura fundiária e a expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Os autores ainda discutem sobre a Constituição de 1988 e a inserção de alguns aspectos do Estatuto da Terra, como a implementação de políticas públicas, a definição de agricultura familiar, o módulo rural e as formas de exploração agropecuária.

Outro tópico discutido por Carvalho e Pereira (2009) refere-se aos movimentos sociais e à reforma agrária. São elencadas algumas características da concentração fundiária que, segundo os autores, seria responsável pela expulsão de grande número de pequenos proprietários e de trabalhadores rurais do campo. Destacam que esse processo teria gerado movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e por melhores condições de vida e trabalho no campo. Ao fazer referência aos movimentos sociais, apontam o grande destaque do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, segundo os autores, “utiliza como estratégia básica de luta as ocupações de terras improdutivas” (CARVALHO e PEREIRA, 2009, p.94). Os autores também discutem sobre a violência contra a ocupação e a posse da terra no Brasil, assim como a multiplicação dos assentamentos que são considerados como passos efetivos da realização da reforma agrária. A temática da ocupação da

terra é apresentada também sob o enfoque da expansão da fronteira agrícola e dos conflitos gerados com as populações tradicionais que trabalham com o extrativismo vegetal. É feita uma explanação a respeito das populações tradicionais e sua relação com os recursos naturais que manejam.

O livro *Projeto Araribá* (2007) traz a discussão sobre o rural e o urbano na unidade *O campo e a cidade*, subdividida em alguns capítulos: *O espaço rural e suas paisagens*; *Problemas ambientais no campo*; *O espaço urbano e suas paisagens* e *Os principais problemas urbanos*. Os autores do Projeto Araribá propõem o desafio de diferenciar o campo e a cidade a partir de suas paisagens. Afirmam que o rural e o urbano são entendidos como paisagens diferentes, mas interligadas e inter-relacionadas. Dessa maneira, há uma tentativa de mostrar que os espaços rural e urbano são interdependentes, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos. “Por exemplo, no espaço rural é produzida grande parte dos alimentos consumidos no espaço urbano. O espaço urbano, por sua vez, fornece máquinas, adubos e fertilizantes para a produção agropecuária” (DANELLI, 2007, p. 141). No entanto, nota-se que os autores salientam a existência de uma dificuldade em distinguir esses espaços por suas paisagens. Segundo eles, isso se daria devido à crescente integração entre elas, mas consideram que algumas características podem se sobressair tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. Essas particularidades, para os autores, costumam ser utilizadas na tentativa de diferenciar os espaços. Nota-se uma proposição em pensar o rural e o urbano na perspectiva da teoria da urbanização enquanto reorganização territorial do espaço, nas perspectivas de Rambaud (1973) e Barros (1989), embora a discussão da pluriatividade e multifuncionalidade do campo não tenha sido abordada.

Há uma predominância no texto dos autores do *Projeto Araribá* em elencar características das paisagens. Assim, definem que “as paisagens do campo ou rurais são espaços usados pelos seres humanos para, sobretudo, desenvolver atividades do setor primário de produção: agricultura, pecuária e extrativismo” (DANELLI, 2007, p. 14). Apresenta-se, também, a discussão sobre os problemas ambientais causados pelo uso e apropriação do espaço pelos homens, ou seja, pelas transformações oriundas da interação entre homem e natureza. Dessa maneira, os autores sublinham que “a produção cada vez maior de alimentos e matérias-primas para suprir as necessidades da população mundial está provocando muitos problemas ambientais no espaço rural” (DANELLI, 2007, p. 144). Essa concepção de que o homem e suas ações estão no centro das transformações do meio natural permeia os diversos tópicos apresentados nessa temática, como a degradação dos solos, as erosões e as queimadas. Dessa forma, os autores permitem supor que as atividades agropecuárias prejudicam a preservação ambiental, apontando para a utilização de técnicas inadequadas de uso do solo, a prática de desmatamento, os processos de irrigação, a poluição por agrotóxicos e a erosão.

Os autores abordam também as paisagens do espaço urbano, discorrendo sobre os seus diferentes tipos. Consideram as paisagens urbanas como “as mais alteradas pelos seres humanos: praticamente todos os elementos que vemos em uma cidade foram introduzidos pela ação humana” (DANELLI, 2007, p. 150). Seguindo esse pressuposto básico, caracterizam as paisagens urbanas como locais em que há predominância da indústria, do comércio e dos serviços.

Pode-se perceber que, no livro *Projeto Araribá*, os autores priorizam como forma de classificação dos espaços urbanos e rurais a questão das paisagens, e a sua diferenciação é feita de acordo com os setores econômicos e suas transformações decorrentes. Dessa forma, nota-se que os autores utilizam como forma de distinção entre os espaços suas características físicas. Levam em consideração, ainda, atributos como a indústria, as formas de comércio e serviços, a agricultura, a pecuária e o extrativismo como características na distinção entre esses espaços. Nesse sentido, nota-se uma reprodução do rural e do urbano

como opostos, na perspectiva de Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986), definidos majoritariamente pelo setor econômico, desconsiderando-se outras variáveis, como ressaltam Veiga (2003) e Abramovay (2009).

No livro *Projeto Araribá*, abordam-se também problemas urbanos como a questão das moradias, dos transportes, da água e do esgoto. São discutidas questões referentes às favelas, destacando-se a precariedade das moradias, que, para os autores, seria resultado de um crescimento urbano acelerado e sem planejamento. A questão dos transportes urbanos, do abastecimento de água e do tratamento do esgoto é apresentada dentro deste mesmo enfoque. Há também um tópico referente à questão do clima nas áreas urbanas, destacando as ilhas de calor. O problema da gestão do lixo urbano é apresentado pelos autores vinculado à educação ambiental.

Sumariamente, pode-se afirmar que o livro de Sampaio (2005) apresenta o rural e o urbano, algumas vezes, como opostos (SOROKIN, ZIMMERMANN e GALPIN, 1986). Por outro lado, sua discussão é bastante afinada com os Parâmetros Curriculares Nacionais ao interpretar as particularidades do campo e da cidade a partir da relação entre o trabalho, a propriedade e a natureza, como orientam o PCNs. No livro de Carvalho e Pereira (2007), as teorias da urbanização de Milton Santos (1994) e Lefebvre (2001; 2008) e a separação entre forma e conteúdo, campo e cidade, rural e urbano ressaltadas por Biazzo (2008), Endlich (2010) e Sobarzo (2010) parecem dar o tom do debate. Estes autores também discutem a questão agrária, os movimentos sociais e os conflitos sociais, numa perspectiva que também comunga com a relação entre trabalho, propriedade e natureza apontada nos PCNs de Geografia. O livro editado por Danelli (2007) possui passagens que permitem compreender o campo e a cidade pela perspectiva da interdependência, nos termos descritos pela teoria da urbanização como reorganização social do espaço de Rambaud (1973) e Barros (1989). Mas, em outras passagens, recorre à dicotomia entre rural e urbano de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), dividindo o campo e a cidade a partir das atividades econômicas.

Os livros didáticos aqui analisados possuem o mérito de discutir as questões ambientais, tanto no campo quanto na cidade, além de demonstrar uma sintonia com as orientações dos PCNs, mostrando de que forma a ação do homem na natureza e as formas de propriedade inerentes geram tanto soluções para as necessidades humanas quanto problemas ambientais e sociais. Nesse sentido, o livro de Carvalho e Pereira (2009) destaca-se pela discussão mais detalhada sobre a questão agrária e os conflitos sociais no campo.

Por outro lado, os livros possuem algumas limitações, especialmente por não revelarem as novas dinâmicas do campo ligadas ao turismo rural, ao ecoturismo e às demais atividades não agrícolas, sobretudo o setor de serviços, como demonstram Silva (1997) e Carneiro (1998). Além da ausência dessa temática, também seria interessante que os livros didáticos de Geografia apresentassem a hipótese sobre a recomposição do rural, na perspectiva de Kayser (1990), como forma de contrapor e problematizar a abordagem sobre o êxodo rural. Poder-se-ia, inclusive, abordar as novas dinâmicas do campo e a recomposição do rural como um caminho possível, se bem planejado e executado, para o desenvolvimento sustentável, como alternativa de ocupação e renda de pequenos agricultores e populações tradicionais, além da valorização da paisagem, temáticas já abordadas pelos autores.

Considerações finais

Em relação à transposição didática, nota-se uma boa articulação entre o “saber a ser ensinado” e o “saber cotidiano” nos livros analisados, o que se traduz numa linguagem simples e objetiva, que facilita o entendimento do aluno, dando sentido a uma experiência que pode ser mais

diretamente vinculada à realidade, produzindo, assim, o “saber ensinado”. Quanto ao “saber sábio”, aquele produzido pelas pesquisas, pode-se perceber a ausência de algumas perspectivas mais recentes. Entre elas, aquelas que apontam, no Brasil, uma possível superação da dicotomia entre campo agrícola e cidade urbano-industrial por uma maior integração entre eles, especialmente devido a um campo multifuncional e pluriativo. Mas é exatamente neste processo que reside o desafio dos pesquisadores e professores de produzir e transpor o “saber sábio” em “saber a ser ensinado”, ou seja, de dar conta da dinamicidade do fluxo do conhecimento, com seus paradigmas às vezes contraditórios, às vezes superados, tanto quanto é complexa e diversa a sociedade brasileira que os livros didáticos e as pesquisas propõem compreender. Por isso é importante pensar que as limitações aqui apontadas são, na verdade, as possibilidades de transposição didática nas revisões e novas edições dos livros didáticos, cuja atualização é prática recorrente tanto dos autores e editoras quanto do próprio Programa Nacional do Livro Didático, que renova suas indicações a cada três anos.

Ressalta-se também a importância da relação entre saber-professor-aluno para a construção do conhecimento, o que não se faz somente com base no livro didático como auxílio da prática pedagógica, numa relação em que o “saber cotidiano” influencia opiniões e visões. A compreensão dos livros didáticos pelos professores passa também pelo entendimento dos propósitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino das variadas séries escolares e, sobretudo, pela compreensão do processo de transposição didática dos conceitos e conteúdos. Compreender a transposição didática é entender que os conceitos complexos da academia precisam ser transformados, de forma menos densa, em instrumentos de leitura de mundo para e pelos alunos. Compreender a transposição didática também é entender que os livros didáticos possuem uma ideologia, são criados à luz de determinadas bases teóricas e num determinado contexto sócio-histórico. Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa contribuiu, de alguma forma, para a análise e reflexão sobre a transposição didática de conceitos como campo e cidade, nos livros de Geografia, acreditando-se que esse exercício precisa ser feito tanto na academia, nos cursos de licenciatura, quanto no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, pelos professores que estão em contato direto com o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, destacam-se aqui algumas limitações da pesquisa que, de outro modo, poderia ter contribuído para iluminar a compreensão das questões apontadas acima, mas que servem como sugestões para pesquisas futuras. Dentre elas, a busca de abordagens que pudessem avaliar a utilização de recursos didáticos e paradidáticos pelos professores, bem como o planejamento de aulas sobre a temática de rural e urbano no ensino de Geografia e de outros componentes curriculares, como a História e a Sociologia, por exemplo. Abordagens que captassem como os alunos contribuem, no processo de ensino e aprendizagem, para a construção do “saber ensinado” por meio de seu “saber cotidiano”, assim como de que maneira compreendem e articulam, com sua experiência de vida, os conceitos de rural e urbano. Além disso, sublinha-se a importância de avaliar a transposição didática dos conceitos de rural e urbano nos livros didáticos dos anos subsequentes aos avaliados na pesquisa, assim como de materiais adotados em outras escolas.

Por fim, assume-se que a pesquisa partiu do pressuposto de que o rural tem sido compreendido nas pesquisas a partir de referências do que é o urbano, não sendo entendido a partir de suas próprias características, como destaca Barros (1989), e tinha-se a expectativa de que isso era transposto para o livro didático. Como se demonstrou na revisão bibliográfica deste artigo, recentemente vários pesquisadores têm se dedicado a compreender o rural a partir de categorias simbólicas produzidas pelos agentes sociais, como é o caso dos estudos de Carneiro (1998, 2012) e Wanderley (2001, 2009), assim como pelas novas dinâmicas do campo, como em Silva (1997), além de alguns questionamentos a respeito das metodologias adotadas para definir o que é rural e o que é urbano, como demonstram Veiga (2003) e Abramovay (2009). Essas novas perspectivas possuem o mérito de valorizar os aspectos que compõem o mundo rural não o assumindo como fadado ao desaparecimento pela urbanização. A adoção dessas perspectivas implica, em sala de aula, na valorização da cultura, da diversidade, dos modos de vida, da produção e da importância que ocupa o campo na sociedade em geral e na vida de seus habitantes em específico.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- BARROS, Afonso de. La sociologie rurale face à la problématique de l'espace. Dossier: Sociologie rurale, sociologie du rurale? **Recherches Sociologiques**, v. XX, n. 3, p. 277-285, 1989.
- BLAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. **Anais... 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA**. São Paulo: 2008. p. 132-150.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Associação de Geografia Teórica, 2003. p. 235-248.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, out., 1998. p. 53-75.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de; PEREIRA, Diamantino Alves Correia. **Geografias do Mundo**. 7º Ano. São Paulo: FTD, 2009.
- CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. Grenoble: Ed. La Pensée Sauvage, 1991.
- CHOPPIN, Allain. **Manuels scolaires, États et Sociétés (XIXème-XXème siècles)**. Histoire de l'éducation. Paris: INRP, n.58, mai., 1993. p. 19.
- DANELLI, Sonia Cunha de Souza. (Ed.) **Projeto Araribá: Geografia**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2007. (Obra coletiva concebida e produzida pela Editora Moderna).
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 11-31.
- JEAN, Bruno. La question rurale: la ruralité et sa sociologie. Dossier: Sociologie rurale, sociologie du rurale? **Recherches Sociologiques**, v. XX, n. 3, p. 287-309, 1989.
- KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RAMBAUD, Placide. **Société rurale et urbanisation**. 2ª ed. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- REDFIELD, Robert. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: USAID, 1964.
- SAMPAIO, Francisco Coelho. **Brasil: o despontar de uma grande potência**. 6ª série. 2ª ed. Curitiba: Positivo, 2005.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARACENI, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia.** PROGRAMA DE SEMINÁRIOS INEA SOBRE DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS RURAIS: MÉTODOS DE ANÁLISE E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO. Roma: 1996.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 1, n. 7, mai., 1997. p. 43-81.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITTAKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 53-64.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural o e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986. p. 198-224.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2a ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. **Análise territorial da Bahia rural**, v. 01, p. 01-22, 2004a.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, n. 18, v. 51, p. 51-67, 2004b.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, n. 20, v. 57, p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (Org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Correspondência:

Robson Souza

E-mail: rdsop@hotmail.com

Recebido em 6 de abril de 2014.

Revisado pelos autores em 18 de setembro de 2014.

Aceito para publicação em 24 de novembro de 2014.